



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br

Dupla dinâmica

Toda a estratégia do governo para a CPI está nas mãos dos ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, e da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. A ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, está mais dedicada às reformas e à pauta da Câmara dos Deputados.

E Alagoas, hein?

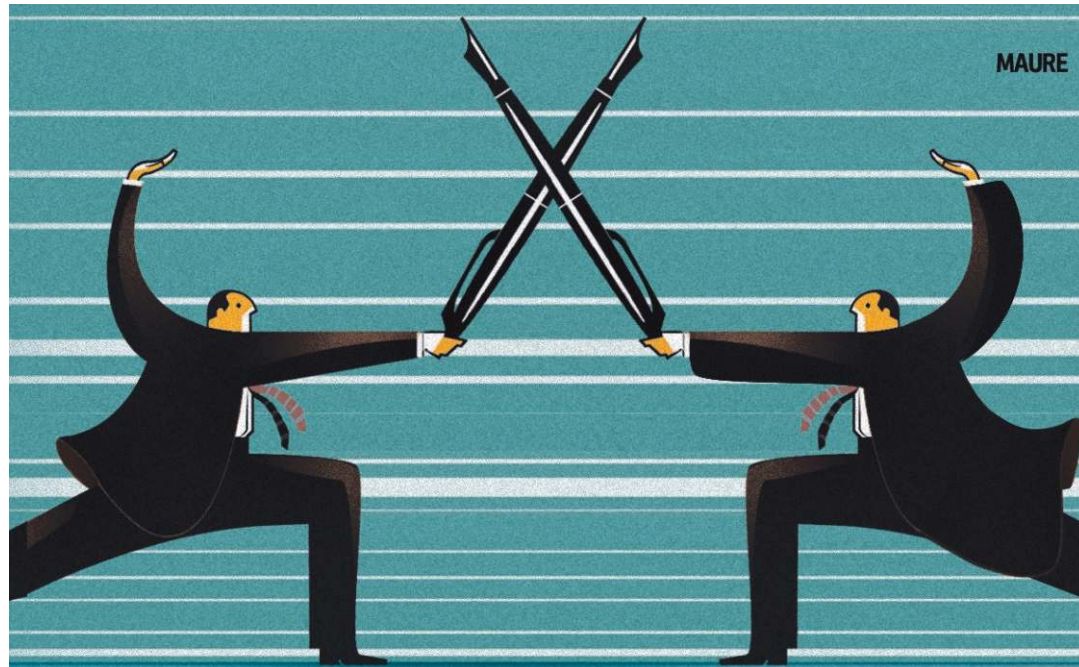
A conversa entre Renan Calheiros (MDB-AL) e o presidente da Câmara, Arthur Lira, na casa da senadora Kátia Abreu (PDT-TO), está rendendo. Segundo aliados do governo, Bolsonaro está “com os dois pés atrás” em relação ao deputado alagoano que tem a chave da gaveta dos pedidos de impeachment. Confiar que esses pedidos não serão levados adiante, mas não está totalmente relaxado.

Cenário favorável

Na longa conversa que teve com o ex-presidente José Sarney, o ex-presidente Lula e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, passaram em revista as perspectivas de alianças nos estados. No Nordeste, avisam os petistas, está tudo dominado.

Deixemos para depois

O cenário do Maranhão, porém, ficou fora da conversa. Lá, o governador Flávio Dino (PCdoB) é adversário dos Sarney, e ninguém queria esfriar o café de tantos agradecimentos a Sarney pela lealdade com que sempre tratou Lula.



Governadores, a próxima batalha da CPI

A aprovação do pedido dos senadores governistas para convocar o governador do Amazonas, Wilson Lima, a prestar depoimento na CPI é vista como a porta aberta para levar outros comandantes estaduais à maratona de perguntas, inclusive o de São Paulo, João Dória; o do Rio de Janeiro, Cláudio Castro; o do Pará, Helder Barbalho; e até o do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. A ideia será tentar emplacar esses pedidos já na próxima semana, ou assim que chegarem documentos sobre os repasses de recursos para os estados.

A avaliação do governo é a de que o comando da CPI, leia-se seu presidente, senador Omar Aziz; o vice, Randolfe Rodrigues; e o relator, Renan Calheiros, não terão como recusar essas convocações, uma vez que são estados que tiveram denúncias de desvio de recursos. Ainda que alguns governadores já tenham afastado quem foi suspeito de má aplicação do dinheiro público, essa guerra vai se acirrar nos próximos dias. Até aqui, o governo está sob desgaste, e nada indica que vá virar esse jogo se não pressionar por colocar os governadores ali, em desfile.

Em tempo: a frase do presidente Jair Bolsonaro, em sua live, a respeito do relator e do governador de Alagoas, Renan Filho — “Vamos investigar teu filho, que a gente resolve esse problema. Desvio mata, frase não mata” —, indica que essa batalha promete ser intensa e ainda deixou os senadores com a suspeita de que a Polícia Federal pode ser acionada para tentar emparedar o alagoano. Por enquanto, é só suspeita.

CURTIDAS

Estratégia de Pazuello/ O fato de cogitar ir à CPI e não falar nada será usado contra o próprio Pazuello. Tem muito observador atento dentro da comissão e do governo apostando que o ex-ministro será usado como bode expiatório — aliás, como esta coluna levantou há meses, quando foi feito o pedido de instalação da CPI.

Devagar e sempre/ O presidente Jair Bolsonaro não desistiu de criar o partido Aliança pelo Brasil. Até aqui, 100 mil fichas já foram homologadas, há 200 mil recolhidas e faltam 191 mil assinaturas.

Tal e qual o PSL/ Aliados do presidente já o aconselharam a seguir para um partido pequeno mesmo, tal e qual o Patriotas, ao qual Bolsonaro já disse a amigos que se filiaria, e a coluna registrou. Se Bolsonaro transformou o PSL num partido grande em 2018, poderá fazer o mesmo por outra legenda em 2022 até sair o Aliança pelo Brasil.

Sarney é uma festa/ Dia desses, chegou ao ex-presidente José Sarney (foto) um pedido inusitado:

Gravar uma mensagem de aniversário para um jovem que terá como tema de sua festa... José Sarney. Isso mesmo, com direito a banner e tudo mais. André Kamada, de São Bernardo do Campo, é fã do ex-presidente e tem até quadros com a imagem de Sarney. Do alto de seus 91 anos, o ex-chefe do Executivo gravou um vídeo e enviou para o garoto, de 13 anos.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



PODER

Presidente diz que só no Brasil se aceita resultado de eleições realizadas por meio eletrônico e dispara contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luís Roberto Barroso. Mandatário ressalta que “se não tiver voto impresso, não vai ter eleição” em 2022

Bolsonaro: país é “republiqueta”

»RENATO SOUZA

O presidente Jair Bolsonaro chamou o Brasil de “republiqueta” por realizar eleições por meio eletrônico. Ele disse, ainda, que se o Congresso aprovar voto impresso será a maneira de realização das eleições de 2022, ou “não terá eleição”. O chefe do Executivo também atacou o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e magistrado do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com Bolsonaro, nas próximas eleições, deve ser adotado o modelo de voto impresso. “Se o Parlamento brasileiro aprovar, por maioria qualificada de três quintos da Câmara e do Senado, e promulgar, vai ter voto impresso em 2022, e ponto final. Se não tiver voto impresso, não vai ter eleição”, ressaltou, durante live ontem à noite.

Bolsonaro também comentou as declarações do ministro Luís Roberto Barroso de que voto impresso criaria “o caos”. “Ele, o Barroso, é o dono do mundo. Só pode ser. O homem da verdade absoluta, que não pode ser contestado. Ninguém mais aceita esse voto que tá aí. A única republiqueta do mundo que aceita isso daí é a nossa”, disparou o presidente. “Estou preocupado que, se Jesus Cristo baixar na Terra, Ele vai ser boy do ministro Barroso.” Segundo o chefe do Planalto, quem for contra o voto impresso “ou acredita em Papai Noel, ou está do lado do Barroso, ou, ainda, porque sabe que vai ter fraude e seu partido vai se beneficiar”.

Além de defender o voto impresso, Bolsonaro voltou a dizer que pode editar um decreto pa-

ra impedir governadores e prefeitos de adotarem medidas restritas de combate à pandemia. De acordo com ele, caso o texto seja publicado, o STF não poderá revogar. “Esse decreto, o Supremo não pode contestar. O Supremo é defensor da Constituição. Se eu baixar o decreto, será cumprido. Todos os ministros vão cumprir. O artigo 5º da Constituição está nas cláusulas pétreas”, destacou.

“Será que está na hora de eu baixar o decreto, garantir o direito de ir e vir do cidadão, direito de trabalho, direito de culto? Se for necessário, nós vamos fazer esse daí”, completou. O Supremo não se manifestou sobre as declarações.

Pleito de 2018

O ministro Dias Toffoli, do STF, negou um pedido do PSol para intimar Bolsonaro a explicar declarações sobre fraudes nas eleições. Na avaliação do magistrado, o partido não tem legitimidade para propor a interpelação judicial. Isso porque, a legenda não foi citada diretamente pelo chefe do Executivo.

“Há um requisito personalíssimo para o conhecimento desse procedimento”, diz um trecho da decisão. “Não foi possível identificar na inicial quais falas apontadas como ofensivas teriam o direcionamento específico ao PSol. O interpelado não citou nomes, sequer instituições ou partidos políticos. Esse grau de abstração inviabiliza uma análise acerca dos crimes contra a honra, que necessitam de um sujeito passivo bem delimitado, o que não ocorre no caso em tela”, acrescenta o ministro.

(Com Agência Estado)

Evaristo Sá/AFP



Segundo Bolsonaro, quem for contra voto impresso “acredita em Papai Noel ou está do lado de Barroso”

Passeio de moto no domingo

O presidente Jair Bolsonaro anunciou que fará um passeio de moto no domingo, às 9h, com cerca de mil apoiadores. “A gente não vai estar indo para comunicar, porque eu acredito que mais de mil motos vão se fazer presentes. Estou muito feliz. Pessoal quer me acompanhar em um passeio. Todo mundo tem o direito de ir e vir”, afirmou, durante a transmissão semanal. Conforme o mandatário, a concentração está prevista para ocorrer na Praça da Alvorada.

A declaração acontece no mesmo dia do depoimento do atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, à CPI da Covid no Senado. Durante a sessão, o titular da pasta foi questionado sobre o incentivo e a participação do presidente em eventos que causaram aglomerações. Queiroga, entretanto, evitou implicar Bolsonaro nas medidas de combate à disseminação do novo coronavírus. “Todas as situações de aglomerações contribuem para a disseminação do vírus”, li-

mitou-se a comentar.

Durante a transmissão, Bolsonaro também disse que vai participar, no dia 15, do “grande encontro em Brasília de produtores rurais”. “Vem gente do Brasil todo, e eu já assumi que vou estar no meio deles. Não tem conversa. Vou estar no meio deles e vou convidar os ministros meus, o presidente da Caixa, do Banco do Brasil e do BNDES”, frisou. Ao lado, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse que já aceitou o convite.

CCJ barra texto contra o STF

O projeto que cria a figura do crime de responsabilidade para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que usurparem competência do Legislativo e do Executivo recebeu parecer pela inconstitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O relatório pode ser submetido à votação na próxima semana.

A proposta é vista como forma de facilitar o impeachment de ministros do STF e aumentar o poder do presidente Jair Bolsonaro para indicar novos integrantes da Corte. Por diversas vezes, o chefe do Planalto já manifestou a intenção de ampliar o número de ministros conservadores na Corte.

A admissibilidade da proposta é a primeira etapa de tramitação de um projeto na Câmara. Ontem, o parecer da deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), que concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, foi derrotado por 33 votos a 32, o que obrigou o colegiado a escolher um novo relator entre aqueles que votaram contra o relatório.

A função caberá, agora, ao deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). Ele considerou que a proposta representa um ataque à independência e à autonomia do Judiciário e recomendou a rejeição.

O projeto foi apresentado pelo deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), um dos líderes da bancada evangélica. Ao texto foi pensada uma proposta semelhante das deputadas Bia Kicis (PSL-DF), que preside a CCJ, e Chris Tonietto.